



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PPS .....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR .....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB .....	Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 127****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	10
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	11
Dep. José Domingos Scarpellini ....	12
Dep. Pedro Ivo Ilkiv .....	13
Dep. Rafael Greca .....	13
Dep. José Maria Ferreira .....	14
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do Bl. Parl. PP/PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	15
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	16
Liderança do PT:	
Dep. Ângelo Vanhoni .....	17
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni .....	18
Liderança do Governo:	
Dep. Cleiton Kielse .....	20
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni .....	19
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	21
Preferência de Discussão:	
2ª Discussão .....	21
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	22
3ª Discussão .....	23
2ª Discussão .....	23
1ª Discussão .....	23
Requerimentos .....	25
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>25</b>
<b>Transcrição.....</b>	<b>25</b>

**120ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE NOVEMBRO DE 2005**

*(segunda-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão  
secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e  
Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Mauro Moraes, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (28). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Vargas, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (25); e em viagem representativa o Sr. Deputado Neivo Beraldin (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Mensagem***

MENSAGEM Nº 062/2005

Curitiba, 14 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o inciso anteprojeto de lei que objetiva isentar do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

O presente anteprojeto se formula com vistas a obter autorização legislativa para o Poder Executivo conceder:

a) Isenção do ICMS para produtos que tenham expressivo valor nutritivo e impacto no orçamento das famílias de baixa renda. A isenção é mecanismo que permite significativa redução nos preços de venda ao consumidor desses produtos, fazendo com o efeito regressivo dos impostos indiretos sobre a renda das camadas mais pobres da população, extremamente alta e gravosa nos dias atuais, possa ser atenuado. Embora represente perdas diretas na arrecadação do principal tributo estadual, estima-se sejam elas compensadas por aumento no consumo desses produtos em razão da redução de preços. Estes efeitos certamente se conjugam a outros, a saber: 1) maior consumo de bens alimentares oferece a possibilidade de diminuir a pressão sobre gastos públicos com serviços de saúde; 2) a redução de preços dos alimentos outorga às famílias disponibilidade financeira para demandar outros bens, mercadorias e serviços geradores de receita tributária.

b) Tratamento tributário especial às operações de importação de bens e mercadorias realizadas pelos portos de Paranaguá e Antonina. O dispositivo objetiva a se contrapor a mecanismos de atração de negócios em outras unidades federadas e a restaurar a capacidade competitiva da economia paranaense.

c) Em linha com a isenção concedida para produtos da cesta básica de alimentos, faz-se necessário conciliar o tratamento do ICMS para as operações com produtos primários paranaenses de sorte a estimular maior agregação de valor aos bens deles derivados, a evitar o passeio de matérias-primas agrícolas e ampliar e poder de conquista de novos mercados para os produtos do agronegócio do nosso Estado.

As propostas ora apresentadas têm o condão de se inserir no ciclo virtuoso de desenvolvimento social e econômico do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Ficam isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos de cesta básica de alimentos a consumidores finais.

§ 1º A cesta básica de alimentos será composta de produtos e consumo popular listados em decreto do Poder Executivo

§ 2º A isenção referida neste artigo poderá ser estendida a outras fases de produção e comercialização de mercadorias.

§ 3º O Poder Executivo é autorizado a não exigir o estorno dos créditos do ICMS para os produtos constantes da cesta básica.

Art. 2º Os produtos constantes da lista da cesta básica decorrente da legislação vigente, que não fizerem parte da lista do parágrafo 1º do artigo 1º desta lei, continuarão no regime fiscal nela estabelecido.

Art. 3º O Poder Executivo é autorizado a estabelecer tratamento tributário especial para a importação de bens e mercadorias pelos portos de Paranaguá e Antonina, com redução das alíquotas do ICMS, de forma a neutralizar incentivos fiscais concedidos por outros Estados.

Art. 4º Os produtos paranaenses primários e deles derivados, tais como: trigo, feijão, mandioca e outros, poderão, a critério do Poder Executivo, ter reduzida a incidência do ICMS, de modo permanente ou temporário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 3555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 701/2005, Mensagem nº 59/2005, de autoria do Poder Executivo, que visa majorar a remuneração policial militar para as patentes de soldado de primeira classe a primeiro tenente,

considerando que nesses postos concentra-se o maior número de servidores policiais militares efetivos, encarregados de zelar pela segurança da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 3556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 669/2005, Mensagem nº 57/2005, de autoria do Poder Executivo, que visa alterar os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º, da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, para as carreiras que especifica, do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 3557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 700/2005, Mensagem nº 58/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais-militares, distribuídos pelos postos e graduações, bem como alterar a Lei nº 7.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR).

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 3565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 699/2005, oriundo da Mensagem Governamental nº 057/2005.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto.

#### REQUERIMENTO Nº 3567

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 701/2005, oriundo da Mensagem Governamental nº 059/2005.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins.

#### REQUERIMENTO Nº 3577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 096/2004, item 07 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, José Domingos Scarpellini, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Delegado Bradock e 01 ilegível.

#### REQUERIMENTO Nº 3578

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

#### REQUERIMENTO Nº 3575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado convocação ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, Coronel Mário Yoshio Wako, para que preste esclarecimentos a esta Casa sobre denúncias de perseguição, humilhação e constrangimento contra subordinados e abuso de autoridade.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor desta Assembleia Legislativa, recebeu do Capitão Júlio César de Góes, do Corpo de Bombeiros do Paraná, uma carta-denúncia onde relata vários episódios de flagrante desrespeito aos direitos humanos e de comportamento inadequado com abuso de autoridade, desrespeito às leis e desacato a sindicâncias internas.

No relato, o Capitão Júlio alega ter sido discriminado por sua cor negra em mais de uma oportunidade e sofrer perseguição interna, além de irregularidades em sindicância interna, com abuso de autoridade do Comandante e banalização do procedimento administrativo e anulação da sindicância em que fora absolvido.

Isto exposto, conforme carta em anexo, solicitamos seja convocado o Comandante Mário Yoshio Wako, para os devidos esclarecimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 3563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-

mente REQUER liberação para acompanhar o Governador Roberto Requião, que vai liderar uma nova missão governamental e empresarial na Venezuela, entre os dias 14 a 18 de novembro, com ônus para a Assembléia Legislativa do Paraná, liberando passagens e cinco diárias (saída no dia 14 e retorno no dia 19).

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 3564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para viajar a Brasília nos dias 16 e 17 de novembro próximo, para tratar de assuntos no Ministério do Meio Ambiente e no Incra, junto com o funcionário Marcelo Kaminski.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Danelichen, da cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, pelo falecimento do Sr. João Danelichen, no ultimo dia 09 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável. Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. João Danelichen deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Vitor Giacobbo, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Mem de Sá, 2110 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Dobner, da cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, pelo falecimento da Sra. Amanda Juwer Dobner, no ultimo dia 09 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável. Que as saudades possam ser superadas com a

grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que a Sra. Amanda Juwer Dobner deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Eleonor Haag, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Mem de Sá, 994 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Soares Prata.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Fraga Pereira, ocorrido no último dia 1º, em Alto Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 69 anos de idade faleceu o Sr. Antonio Fraga Pereira, ocorrido dia 1º de novembro de 2005, deixando viúva a Sra. Maurina Rodrigues Pereira, sete filhos e sete netos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Antonio Fraga Pereira, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 3570

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento da

Sra. Elimari Aziliero Zilio, ocorrido dia 07 de novembro de 2005, no município de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Aos 45 anos de idade, faleceu na cidade de Clevelândia, Elimari, secretária da Associação Paranaense dos Criadores de Gado Charolês, durante quinze anos.

Seu desaparecimento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviço e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais a esquecerão e sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinhos dispensados a todos sempre serão lembrados.

Rogamos ao Pai Celeste que conceda aos nossos amigos, familiares de Elimari Aziliero Zilio, o conforto necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Zilio, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 3571**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Antonio João Monteiro de Azevedo e seus companheiros de Diretoria da Associação Brasileira de Agência de Viagens do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Dr. Antônio João Monteiro de Azevedo, solicitando para que receba e transmita a todos os companheiros de Diretoria.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos com a notícia da eleição e posse da nova Diretoria da Associação Brasileira de Agência de Viagens do Paraná.

É também indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, em se tratando de alguém que por seus esforços tudo fez por uma sociedade da qual são membros eminentes.

E para que não sejamos acoimados e esquecidos, estamos aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para prestar-lhes esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e ao brilho de seus méritos,

servirá, todavia, para deixar registrado à posterioridade, nos Anais da Assembleia Legislativa.

A Agência de Viagens do Paraná tem sido, em todas as épocas, a propulsora da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através da Agência de viagens que os povos entraram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas como na difusão de conhecimentos úteis.

É no Dr. Antônio João Monteiro de Azevedo e seus companheiros de Diretoria da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná, que depositamos nossa confiança, na certeza que haverão de levar a bom termo a tarefa que lhes foi confiada.

**REQUERIMENTO Nº 3576**

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu Líder que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de congratulações e aplausos à Comunidade Invernada Paiol de Telha, pelo reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombos, a ser homenageada em plenário, no dia 21 de novembro próximo, nesta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) TADEU VENERI

**JUSTIFICATIVA:**

A Bancada do PT irá homenagear a Comunidade Negra Paiol de Telha, de Guarapuava, e para tanto, quer fazer entrega de moção de congratulações pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos, em nome do Legislativo Estadual.

**REQUERIMENTO Nº 3559**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jorge Konishi.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 3560**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Marcelino Correa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Célio Guergoletto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Geová Durval da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Isnard Cordeiro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sílvio Vidotti.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Lidmar Araújo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Educação do Estado do Paraná, referente ao Colégio Estadual Maria Montessori, da cidade de Curitiba, para que dentro do possível determine ao órgão competente construção de cancha coberta no referido colégio.

Sala das Sessões, em 14.11.2005

(a) AILTON ARAÚJO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de emenda incluída e aprovada no conteúdo programático para o orçamento 2005, conforme Projeto de Lei nº 351/2004, que já se encontra na Fundepar aguardando autorização para início.

A falta de cancha coberta está privando mais de oitocentos alunos da prática de esportes em dias de chuva e frio.

#### REQUERIMENTO Nº 3558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, referente à matéria publicada no caderno Cidades, da Folha de Londrina, no dia 09.11.2005 e solicitando providências diante do exposto.

Sala das Sessões, em 14.11.2005

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 3572

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE seja dirigido ao Sr. Governador do Estado, com destinação à Secretaria da Saúde Pública do Paraná, o seguinte pedido de doação de equipamentos, relacionados em anexo, para o centro cirúrgico do Hospital São Francisco, em Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O município de Jundiá do Sul é uma pequena comunidade do Norte Pioneiro; possui um dos menores índices de arrecadação do Estado, há vários anos estagnado economicamente. O Município possui o Hospital Municipal São Francisco, porém, sem condições de atender adequadamente à população, pela falta de equipamentos.

A principal carência é a falta de equipamentos para dar atendimento às parturientes e aos pacientes que necessitam de pequenas cirurgias e atendimentos de emergência. Este fato causa grande transtorno aos pacientes, em face dos constantes deslocamentos a que são submetidos, elevando desta forma, os custos para o poder público. A cidade está fazendo um grande esforço para reformar e equipar o hospital, porém a falta de recursos impede que a obra seja concluída.

Diante desta situação a saúde que o Município oferece à população é deficiente.

Hoje, os pacientes de Jundiá do Sul e municípios vizinhos têm que se tratar em Santo Antônio da Platina, Quatiguá, até mesmo em Jacarezinho.

Fazem perverso turismo de ambulância.

A Administração municipal esforça-se para oferecer um bom atendimento e conforto aos pacientes, porém a falta de equipamentos impede que a Prefeitura cumpra um direito constitucional - garantia de acesso à saúde para toda a população.

Faz muito tempo que não nascem crianças judiaíenses-do-sul; quase toda população infantil é quatiguaense ou jacarezinhense, porque o atual hospital não tem infra-estrutura para efetuar partos, pequenas cirurgias e atendimentos de emergência.

## REQUERIMENTO Nº 3573

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE seja dirigido ao Sr. Governador do Estado, com destinação à Secretaria da Saúde Pública do Paraná, o seguinte pedido de doação de materiais, relacionados em anexo, para o centro cirúrgico do Hospital São Francisco, em Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O município de Jundiá do Sul é uma pequena comunidade do Norte Pioneiro; possui um dos menores

índices de arrecadação do Estado, há vários anos estagnado economicamente. O Município possui o Hospital Municipal São Francisco, porém, sem condições de atender adequadamente à população, pela falta de materiais e equipamentos.

A principal carência é a falta de materiais e equipamentos para dar atendimento às parturientes e aos pacientes que necessitam de pequenas cirurgias e atendimentos de emergência. Este fato causa grande transtorno aos pacientes, em face dos constantes deslocamentos a que são submetidos, elevando desta forma, os custos para o poder público.

A cidade está fazendo um grande esforço para reformar e equipar o hospital, porém a falta de recursos impede que a obra seja concluída. Diante desta situação a saúde que o Município oferece à população é deficiente.

Hoje, os pacientes de Jundiá do Sul e municípios vizinhos têm que se tratar em Santo Antônio da Platina, Quatiguá, até mesmo em Jacarezinho. Fazem perverso turismo de ambulância.

A Administração municipal esforça-se para oferecer um bom atendimento e conforto aos pacientes, porém a falta de equipamentos impede que a Prefeitura cumpra um direito constitucional - garantia de acesso à saúde para toda a população.

Faz muito tempo que não nascem crianças judiaíenses-do-sul; quase toda população infantil é quatiguaense ou jacarezinhense, porque o atual hospital não tem infra-estrutura para efetuar partos, pequenas cirurgias e atendimentos de emergência.

## REQUERIMENTO Nº 3574

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que esta subcreve, PEDE à egrégia Assembléia que encaminhe ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; à Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto; à Sra. Coordenadora do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná, Rosina Coeli Alice Parchen; ao Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, o pedido de tombamento do histórico Cemitério Municipal de São Francisco de Paula, na cidade de Curitiba, capital do Estado, cemitério este instalado pelo primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, na antiga chácara do Padre Agostinho Machado Lima, entre 1854 e 1855.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Houve quem escrevesse, no caso, Michel Vovelle: "Não se conhece uma sociedade enquanto não se estuda seus cemitérios."

Desde 1970, após encontro o IPHAN, em Brasília, os cemitérios foram vinculados ao Patrimônio Histórico e Artístico da Nação.

Poucos conjuntos artísticos e arquitetônico reúnem tão expressivo testemunho de história, arte e arquitetura,



como o Cemitério Municipal de São Francisco de Paula, em Curitiba, o mais antigo da cidade, e um dos primeiros e mais tradicionais cemitérios do Brasil inteiro.

A maioria dos personagens da nossa história provincial, e boa parte dos personagens da nossa história republicana ali está sepultada: Visconde de Nácar, Barão do Serro Azul, Maria Bueno, Manoel Euphrásio Correia, Manoel de Macedo, Cândido de Abreu, Comendador José Ribeiro de Macedo, Vicente Machado, Dario Veloso, Bento Munhoz da Rocha Neto, Nhô Belarmino e Nhá Gabriela, Júlio Moreira, Romário Martins, os Voluntários da Pátria na guerra do Paraguai, os pracinhas da II Grande Guerra, os federalistas fuzilados pela repressão dos “pica-paus” florianistas em 1894, e até os escravos negros, - ali registrados apenas com seu nome de batismo, pois não tinham sobrenome.

É tanta história que, quando fui Prefeito de Curitiba, por ocasião dos trezentos anos da nossa cidade, em 1993, quis dar maior dignidade e monumentalidade ao seu pórtico. Afinal, não é por este portão que nós os curitibanos desembarcamos da vida para entrar na eternidade?

O filósofo Platão, no memorável livro “Timeu”, escritor no anfiteatro de Taomina, diante do monte Etna, na Sicília, então Magna Grécia, hoje Itália, refere:

“A Eternidade é feita da mesma substância do tempo. O tempo, em movimento, é a Eternidade. O tempo é a imagem móvel do Eterno.”

Nosso Cemitério que fez 150 anos de sua pedra fundamental em 2004, e neste 2005 faz 150 anos dos onze primeiros sepultamentos, constitui uma imagem das aspirações de eternidade dos mais expressivos cidadãos e cidadãs, que viveram nesse tempo.

Maiores detalhes estão no boletim informativo da Casa Romário Martins nº 104, de abril de 1994, e na pesquisa histórico fotográfica em curso - neste 2005 - de autoria da jornalista e fotógrafa, Clarissa Grácia Dias.

Disse Bertold Brecht, perguntando com inquietude: “a história fala em nome dos reis, porventura os reis carregaram as pedras?” É muito importante conservar um cemitério popular, aonde se resume toda a história de várias gerações de uma mesma sociedade, e onde se registra - para os que vão nascer - toda uma mentalidade espiritualista e romântica, vinda da noite dos tempos, e em vias de desaparecer. O que não se faz, não existe.

O tombamento deve obrigar a Prefeitura Municipal e o poder público, a terem maiores cuidados com o acervo de arte cemiterial ali existente.

E, quanto aos do cemitério, como disse o bardo, “possam os anjos velar-lhes o sono, com cânticos de glória”.

#### REQUERIMENTO Nº 3579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando providências para as denúncias de racismo contra o Oficial do Corpo de Bombeiros Júlio Cesar de Góes, ocorrido dentro da Corporação.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando sugestão proposta pelo Sr. Antônio Marcos Alves, Diretor Sindical e membro do Conselho da Vara de Execuções Penais da comarca de Londrina.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Aldo José Parzianello, encaminhando sugestão proposta pelo Sr. Antônio Marcos Alves, Diretor Sindical e membro do Conselho da Vara de Execuções Penais da Comarca de Londrina.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, encaminhando solicitação da Associação de Moradores do Jardim Ana Rosa de Cambé.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, encaminhando solicitação da Associação de Moradores do Jardim Ana Rosa de Cambé.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

# REQUERIMENTO Nº 3520

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUISITAR o comparecimento nesta Casa de Leis, dos Diretores do Sistema de Saúde da Sesa, Gilberto Martin e Carlos Manuel dos Santos; da Diretora da Central de Regulação de Leitos do Estado do Paraná, Sra. Maria de Fátima Santana e o Ilmo. Promotor de Justiça, Sr. Fuad Faraj para prestarem esclarecimentos sobre a ampliação da Rede de Unidades de Terapia Intensiva no Estado do Paraná.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares e, por conseqüência, a inclusão da matéria, em tela, nos Anais desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 702/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a recompensa ambiental aos proprietários rurais que preservaram florestas em suas propriedades, além dos 20% da “reserva legal”.

Art. 2º A recompensa ambiental será paga aos proprietários em valor equivalente a cinquenta sacas de milho por alqueire/ano, sempre no mês de maio, tendo por base o preço médio de mercado praticado no ano anterior, com recursos oriundos de um fundo constituído para esse fim.

Art. 3º Para que o proprietário tenha direito à recompensa ambiental, será feito um cadastramento pelos órgãos do Estado, com prioridade aos que possuam até quatro módulos fiscais e cuja área tenha cobertura florestal além dos 20% exigidos em lei.

I - Equiparam-se a proprietários para efeitos da presente lei, posseiros, parceiros e outros desde que possuam carta de aptidão fornecida pela Emater e Sindicatos.

Parágrafo Único. A adesão ao cadastro não será compulsória e prevalecerá conquanto seja de conveniência para o proprietário.

Art. 4º Poderão também se enquadrar no programa, proprietários que possuam mais de quatro e até quinze módulos fiscais.

I - O enquadramento dos proprietários ao programa dar-se-á de forma gradual, iniciando-se com os de menor área de terra, ampliando-se à medida que houver disponibilidade de recursos no fundo.

Art. 5º O Governo do Paraná desenvolverá, através das suas secretarias, uma política que possibilite o manejo sustentável dessas áreas cadastradas no programa de “recompensa ambiental”, exceto àquelas de preservação permanente, visando dar aproveitamento econômico em forma de atividades compatíveis com a preservação e perpetuação das espécies da fauna e flora dessas áreas.

Art. 6º Os proprietários contemplados com a recompensa ambiental receberão treinamento e instruções dos órgãos do Estado, a fim de colaborar, como agentes ambientais voluntários na preservação do meio ambiente.

Art. 7º O programa de recompensa ambiental, bem como demais despesas destinadas à implantação do mesmo, serão custeadas das seguinte forma:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II - dotações orçamentárias dos municípios e da União;

III - recursos oriundos do pagamento efetuado por proprietários, que não possuam reserva legal e que optarem por constituí-la na forma desta lei, através do pagamento do valor correspondente a cinquenta sacas de milho por alqueire/ano;

IV - multas aplicadas pelos órgãos ambientais;

V - rendimentos de qualquer natureza, incluindo receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### JUSTIFICATIVA:

Esta lei se faz necessária devido ao fato de que em algumas regiões do nosso Estado existem proprietários que possuem grande parte de sua propriedade preservada com muitas espécies nativas, incluindo algumas ameaçadas de extinção, fato que impossibilita a ampliação das áreas agricultáveis dessas propriedades.

Essa situação gera um enorme problema social, visto que os filhos desses agricultores são obrigados a deslocarem-se para os centros urbanos em busca de melhores alternativas de vida. Por outro lado não se configura justo que esses proprietários que preservaram a maioria de suas propriedades, nada recebam por isso, enquanto outros que tudo devastaram, além de não terem esse ônus, ainda façam o total aproveitamento econômico de suas propriedades.

Se medidas nesse sentido não forem tomadas pelo poder público, a esses proprietários que preservaram só restam duas alternativas: vender suas áreas aos grandes proprietários, causando êxodo rural ou permanecer na propriedade passando inúmeras necessidades, pois é

impossível a sobrevivência de famílias na maioria dos casos numerosas em áreas como, por exemplo, no Sul do Estado em que as propriedades giram em torno de dez hectares e em grande parte dos casos oito hectares são cobertos com vegetação nativa incluindo espécies em extinção como imbuia e araucária.

Esses pequenos proprietários e suas famílias, por questão de sobrevivência, são forçados a partirem para culturas como a de fumo, que além de penosa, compromete a saúde e o meio ambiente em decorrência da maciça utilização de agrotóxicos.

Esse projeto ao estipular como medida referencial de pagamento pela cessão de áreas destinadas a reserva legal, o milho o fez tendo em vista que este gênero agrícola é muito utilizado no mercado como indexador dos valores pagos por áreas arrendadas para atividades agrícolas. Também este cereal já foi utilizado como indexador em muitos programas governamentais destinados ao fomento da agricultura como, por exemplo, o “Panela Cheia” no mandato anterior do Governador Requião.

Há que se ressaltar que os proprietários beneficiados por esta lei passariam a ser uma espécie de agentes ambientais voluntários a exemplo do que já ocorreu em projetos de preservação de espécies ameaçadas como é o caso das tartarugas marinhas e do pirarucu que envolveu os pescadores e a população ribeirinha dessas áreas. Seriam mais pessoas colaborando com os órgãos ambientais na preservação do meio ambiente.

Hoje temos casos de proprietários rurais que em face das restrições à utilização econômica de determinadas espécies nativas como a araucária, por exemplo, que quando nasce é logo eliminada pois futuramente passaria a ser vista como um obstáculo à utilização das áreas por ela ocupadas, dada a proibição do seu corte. Com a nossa proposta esses proprietários seriam incentivados a, inclusive, efetuar o plantio de espécies nativas e com manejo adequado extrair lucratividade das mesmas.

Importante ressaltar que nossa proposta não gera ao erário, pois apenas disciplina e facilita a intermediação de áreas entre quem necessita recompor sua reserva legal a quem dispõe de áreas aptas para isso.

A presença do Estado nessa negociação entre o proprietário cedente e o tomador dessas áreas, é importante para evitar abusos que poderiam resultar em exploração e até mesmo calotes aos cedentes na cobrança desses valores, isso evidentemente comprometeria o bom funcionamento desse sistema.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos participar aos Srs. Deputados que será cumprido religiosamente o horário e não daremos nenhum segundo, após o vencimento do prazo.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna, na tarde de hoje, para trazer um artigo do grande escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro, que diz o seguinte:

(Lê):

#### ***Precisa-se de matéria prima para construir um País***

*A crença geral anterior era que Collor não serviria, bem como Itamar e Fernando Henrique. Agora dizemos que Lula não serve. E o que vier depois de Lula também não servirá para nada. Por isso, estou começando a suspeitar que o problema não está no ladrão corrupto que foi Collor ou na farsa que é o Lula. O problema está em nós. Nós como povo. Nós como matéria prima de um país. Porque pertenço a um país onde a “esperteza” é a moeda que sempre é valorizada, tanto ou mais do que o dólar.*

*Um país onde ficar rico da noite para o dia é uma virtude mais apreciada do que formar uma família, baseada em valores e respeito aos demais. Pertenço a um país onde, lamentavelmente, os jornais jamais poderão ser vendidos como em outros países, isto é, pondo umas caixas nas calçadas onde se paga por um só jornal e se tira um só jornal deixando os demais onde estão. Pertenço ao país onde as “empresas privadas” são papelarias particulares de seus empregados desonestos, que levam para casa, como se fosse correto, folhas de papel, lápis, canetas, clipes e tudo o que possa ser útil para o trabalho dos filhos... e para elas mesmos. Pertenço a um país onde a gente se sente o máximo porque conseguiu “puxar” a tevê a cabo do vizinho, onde a gente fraudava a declaração de imposto de renda para não pagar ou pagar menos impostos.*

*Pertenço a um país onde a impontualidade é um hábito. Onde os diretores das empresas não valorizam o capital humano. Onde há pouco interesse pela ecologia, onde as pessoas atiram lixo nas ruas e depois reclamam do governo por não limpar os esgotos. Onde pessoas fazem “gatos” para roubar luz e água e nos queixamos de como esses serviços estão caros. Onde não existe a cultura pela leitura (exemplo maior nosso atual Presidente, que recentemente falou que é “muito chato ter que ler”) e não há consciência nem memória política, histórica nem econômica. Onde nossos congressistas trabalham dois dias por semana para aprovar projetos e leis que só servem para afundar ao que não tem, encher o saco ao que tem pouco e beneficiar só a alguns.*

*Pertenço a um país onde as carteiras de motorista e os certificados médicos podem ser “comprados”, sem fazer nenhum exame. Um país onde uma pessoa de idade avançada, ou uma mulher com uma criança nos braços, ou um inválido, fica em pé no ônibus, enquanto a pessoa que está sentada finge que dorme para não dar lugar. Um país no qual a prioridade de passagem é para o carro e não para o pedestre. Um país onde fazemos um monte de*

*coisa errada, mas nos esbaldamos em criticar nossos governantes.*

*Quanto mais analiso os defeitos do Fernando Henrique e do Lula melhor me sinto como pessoa, apesar que ainda ontem “molhei” a mão de um guarda de trânsito para não ser multado. Quanto mais digo o quanto o Dirceu é culpado, melhor sou eu como brasileiro, apesar de que ainda hoje de manhã passei para trás um cliente através de uma fraude, o que me ajudou a pagar algumas dívidas. Não. Não. Já basta.*

*Como “matéria prima” de um país, temos muitas coisas boas, mas nos falta muito para sermos os homens e mulheres que nosso país precisa. Esses defeitos, essa “esperteza brasileira” congênita, essa desonestidade em pequena escala, que depois cresce e evolui até converter-se em casos de escândalo, essa falta de qualidade humana, mais do que Collor, Itamar, Fernando Henrique ou Lula é que é real e honestamente ruim, porque todos eles são brasileiros como nós, eleitos por nós. Nascidos aqui, não em outra parte... Entristeço-me.*

*Porque, ainda que Lula renunciasse hoje mesmo, o próximo presidente que o suceder terá que continuar trabalhando com a mesma matéria prima defeituosa que, como povo, somos nós mesmos. E não poderá fazer nada...*

*Não tenho nenhuma garantia de que alguém o possa fazer melhor, mas enquanto alguém não sinalizar um caminho destinado a erradicar primeiro os vícios que temos como povo, ninguém servirá. Nem serviu Collor, nem serviu Itamar, não serviu Fernando Henrique, e nem serve Lula, nem servirá o que vier. Qual é a alternativa? Precisamos de mais um ditador, para que nos faça cumprir a lei com a força e por meio do terror? Aqui faz falta outra coisa. E enquanto essa “outra coisa” não comece a surgir de baixo para cima, ou de cima para baixo, ou do centro para os lados, ou como queiram, seguiremos igualmente condenados, igualmente estancados... igualmente sacaneados!!! É muito gostoso ser brasileiro.*

*Mas quando essa brasilidade autóctone começa a ser um empecilho às nossas possibilidades de desenvolvimento como Nação, aí a coisa muda...*

*Não esperemos acender uma vela a todos os santos, para ver se nos mandam um Messias. Nós temos que mudar, um novo governador com os mesmos brasileiros não poderá fazer nada. Está muito claro... Somos nós os que temos que mudar. Sim, creio que isto encaixa muito bem em tudo o que anda nos acontecendo: desculpamos a mediocridade mediante programas de televisão nefastos e francamente tolerantes com o fracasso. É a indústria da desculpa e da estupidez. Agora, depois desta mensagem, francamente decidi procurar o responsável, não para castigá-lo, senão para exigir-lhe (sim, exigir-lhe) que melhore seu comportamento e que não se faça de surdo, de desentendido. Sim, decidi procurar o responsável e estou seguro que o encontrarei quando me olhar no espelho. Aí está. Não preciso procurá-lo em outro lado. E você, o que pensa?... MEDITE!!!*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

## **Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem vimos no Fantástico uma cena inacreditável. Os calouros do 20º Batalhão de Infantaria Blindado do Paraná, do Exército Brasileiro, chegaram ao ápice da notícia, saíram no Fantástico e não estava pegando fogo no prédio, não era terremoto. Era pura e simplesmente cenas de tortura praticada por aqueles que têm o dever de ensinar a ordem e de garantir a paz e a tranquilidade neste país.

A Abugrave do Bush ficou devendo muito para as cenas de: “seja bem-vindo ao clube de sargentos”. Não sei se esse batalhão é no Bacacheri ou no Boqueirão, mas é do Exército, é em Curitiba e é no Paraná. O Deputado Luiz Carlos Martins está me informando que é no Bacacheri.

O mais grave de tudo isso foi o Comandante, Coronel ou General que comanda aquela guarnição, dizendo que tomou conhecimento da fita pela imprensa. Da fita sim, mas dos fatos teria ele que tomar conhecimento ali na sua guarnição. Aconteceu nas suas “barbas”, aos seus olhos e ele não viu e não tinha conhecimento daquela gravidade. Teve que ter um amador, que grava uma fita e uma rede nacional de televisão investigou e nos deu conhecimento.

O Brasil está estarelecido com o fato da tortura deslavada. Feita a grosso modo. Afogamento, choque e a Abugrave do Bush está lá. Estamos aqui diariamente assistindo a alguém falar da tortura, da discriminação, da diferença social que existe entre nós. Mas, só damos o devido valor quando a tortura é publicada na Globo. A Globo é que dá dimensão.

Lembro-me da letra de uma música que diz o seguinte: “ela queria ser famosa, mesmo que fosse saltando de um prédio em um incêndio, ela queria ser famosa. Aquela madame iria ser famosa e iria ser mostrada na Globo”. Essa música é do Osvaldo Montenegro.

Ora, a ditadura já acabou; o Estado de Direito foi restabelecido; a Constituição foi promulgada em outubro de 1988, para ser mais exato no dia 08, e estamos aí: as cadeias lotadas; os shoppings discriminando negros; e as pessoas que têm alguma modificação no traje, para diferenciar da classe média, já são seguidos pelos seguranças dos shoppings. Na nossa guarnição do corpo de bombeiros os negros são discriminados pelos comandantes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. se usará o horário da liderança do seu bloco.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não, só queria um minuto para...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Particpei aos Srs. Parlamentares que não concederia.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, voltamos depois.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Pedro Ivo Ilkiv com a palavra.

### ***Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT)***

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O motivo que me traz à tribuna no dia de hoje é fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas, para uma grande audiência pública e um seminário estadual que será realizado na segunda e terça próximas, dias 21 e 22, em relação ao Fundeb, o novo fundo de financiamento da educação.

Teremos aqui, o Presidente da Comissão do Fundeb, Deputado Severiano, da Bahia, representantes do Senado, palestrantes - como a professora Regina de Assis, que é doutora na área de educação infantil - e estamos chamando também todos os prefeitos, secretários, coordenadores de centros de educação infantil, para, em último esforço, tentarmos incluir a educação de zero a três anos no financiamento da educação infantil, no novo fundo que, em substituição ao Fundef, passa a vigorar.

O Fundeb já está incluindo as crianças de quatro a seis, sendo que até hoje não tínhamos financiamento para essas crianças. Teremos, então, envolvimento das crianças de quatro a seis, jovens e adultos, educação no campo, além do ensino fundamental e do segundo grau, que também fazem parte desse novo fundo. Ainda há uma esperança de incluirmos a educação de zero a três anos nesse novo fundo.

Durante todo o nosso trabalho aqui na Assembléia Legislativa, desde o início do nosso mandato, temos nos dedicado a conferências, organização de fóruns, tivemos durante este ano vários fóruns de educação infantil em várias regionais. Sexta-feira realizamos o último fórum, no município de Guarapuava, com todos os municípios da região, com representantes dos centros de educação infantil, dos diretores de escola, onde levamos à discussão esse novo fundo. Então, é muito importante a nossa mobilização.

O Brasil todo está se mobilizando no sentido de pressionarmos o Congresso Nacional para que inclua a educação de zero a três anos, que está fora do novo fundo.

É bem verdade que avançamos muito em relação ao Fundef, onde o máximo que o Governo Federal inves-

tiu foi em torno de 780 milhões por ano; com o novo fundo, no Fundeb, estaremos, em um prazo de cinco anos, de maneira escalada, com um investimento de 4,3 bilhões. Saltamos da casa dos milhões e passamos para investimento na casa dos bilhões. Avançamos em alguns pontos, mas a educação de zero a três anos ficou de fora. É lamentável.

A maioria das pessoas não tem consciência da importância que é a educação de zero a seis anos. Essa é uma fase da vida em que o ser humano forma caráter e personalidade. Depois, Deputado Rossoni, quando chegamos no ensino fundamental, é que passamos a ter conhecimento. Mas, de 0 a 6 anos formamos princípios básicos da vida como: princípios éticos, de responsabilidade, solidariedade, princípios estéticos, que faz você acreditar em si próprio e isso se forma nesta fase da vida, de 0 a 6 anos. Tem um ditado que diz: "para cada velinha que se acende há uma janelinha que se fecha." Porque para tudo temos um tempo; tempo até a fase final do crescimento, período reprodutivo, mas de 0 a 6 anos formamos caráter e personalidade. Isso faz uma grande diferença. Muitas vezes é mais importante do que a escolaridade, a formação de um bom caráter, de uma personalidade.

Serão doze oficinas realizadas em parceria com a Universidade Federal, com a Assembléia Legislativa. Tivemos o apoio desta Casa na organização do material e desse evento. Somos todos parceiros nessa luta para que ainda possamos incluir educação e 0 a 3 anos, que ficou de fora desse Fundo.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Rafael Greca.

### ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Hoje, devemos manifestar repulsa às cenas exibidas no programa Fantástico, da Rede Globo e hoje repetidas no Jornal Hoje da mesma rede de televisão, cenas que envergonham Curitiba e o Paraná; envergonham as tradições do Quartel do 20 RI, o tradicional Quartel do 20º Regimento de Infantaria Blindada. Quartel que já deu ao Brasil um herói nacional, o Tenente Max Wolf, que morreu nos campos de batalha da Itália.

Parece que há uma tradição de submeter novatos que entram em batalhões de elite do exército ou da polícia, a práticas de destemor para tentar, desta forma, prepará-los às adversidades que possam vir a acontecer na sua carreira. Mas, esta tradição foi cumprida, como se viu nos vídeos, de maneira soturna e cruel. De maneira cruel a ponto de desmoralizar o título do livro do Cardeal Paulo Evaristo Arns: "Brasil, tortura nunca mais".

O que nós vimos? Um comandante encapuzado; um grupo de veteranos torturando com ferro elétrico

quente um jovem amarrado e amordaçado; vimos um outro jovem em pânico recebendo choques elétricos; um terceiro sendo afogado por despejo de baldes d'água sucessivos no seu rosto; e outros ainda amarrados. Vimos aquelas coisas que nós imaginávamos já suprimidas do cenário brasileiro, enterradas com os ossos da ditadura e do regime militar.

A minha repulsa mais profunda. O Deputado Scarpellini referiu aqui, o Quartel lamentavelmente é o histórico 20 RI do Bacacheri. A minha repulsa mais profunda porque até o Ministério do Exército já reconheceu a gravidade do fato. O Comandante foi demitido essa manhã, foi destituído do cargo, foi aberta uma sindicância e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil disse que as famílias poderão se servir da Ordem para entrar com ação por danos morais contra os torturadores.

Destemor, coragem, autoridade, tudo isso vem da inteligência, não vem da força.

Quando o Brasil entenderá isso: que a autoridade nasce da inteligência, não nasce da força?

Era isso, Sr. Presidente.

Sobre a mesa também estou colocando um requerimento, pedido ao Conselho do Patrimônio Histórico do Estado, o tombamento do Cemitério São Francisco de Paula. Esse cemitério, que neste ano de 2005 faz 150 anos dos primeiros onze sepultamentos, acontecidos em 1855, é um tesouro de arte, arquitetura e história. Praticamente todos os túmulos históricos estão destruídos: do Visconde de Nácar, do Barão do Cerro Azul, de inspiração "art nouveau" - arte nova, de inspiração "art decor" - arte decorativa; de personagens como "Nhô Belarmino" e "Nhá Gabriela"; de historiadores como Júlio Moreira e Romário Martins, que tem uma das estátuas mais bonitas do Paraná, que é a estátua da Ressurreição, do jazigo da família Miró, que está com o nariz quebrado.

Tudo isso se deve a um triste costume da chamada da morte. Pasmem! Os nossos jovens, alguns deles, têm o hábito de se reunir no cemitério, vestem-se de preto, dizem-se góticos e vão fazer sexo, jogar cartas, beber cachaça, usar drogas, em cima de túmulos. É aquilo que o papa João Paulo II, em uma das jornadas mundiais da juventude, denunciou como a cultura da morte, que vem embutida no rótulo, porque muitas das letras de "rock" falam de coisas satânicas, escuridão, morte, Satanás, cemitério e ossos. É uma outra interpretação cretina do necessário destemor, que a vida precisa ter. Mas também aos jovens é preciso ensinar que a coragem não vem da força. A coragem vem da inteligência.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

#### **O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Deputado Rafael Greca, ouço o seu pronunciamento, colocando essas ações praticadas em cemitérios aqui da Capital. Em Ponta Grossa, no dia seguinte ao Dia de Finados, o Cemitério São José foi invadido por um grupo de góticos, que acabou com 50% das capelas, imagens de santos, vasos, quebraram todos.

A população ficou assustada com a atitude desses jovens, invasores que fizeram uma grande arruaça naquele local. Ficamos preocupados com essa juventude, que no dia-a-dia, traz temor a todos nós, que vivemos neste planeta.

Obrigado.

#### **O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Quero alertar à Assembléia e aos Deputados que a obrigação de cuidar dos cemitérios é da Prefeitura Municipal. Quando Prefeito, fiz um posto da Guarda Municipal na porta de cada cemitério. Mas dizem que a guarda está sem efetivo e, agora, o único frágil e indefeso guarda cuida do Cemitério São Francisco de Paula e tem o serviço de passar pelas capelas de velório e mandar as famílias irem para casa, porque as capelas não são seguras durante a noite.

O medo é forte na sociedade, paralisada por uma coisa que parece o fim da história. O que é o fim da história? É o momento em que os cemitérios são profanados, as pessoas vivas não são respeitadas, os educandos ou os jovens sargentos, que deveriam entrar nos quartel para serem educados, são torturados. Tudo isso qualifica uma cultura da morte, que é oposta à verdadeira cultura. A verdadeira cultura quer dizer cultivar, tratar bem, incentivar, ter carinho, criar, fazer crescer, fazer desabrochar. A verdadeira cultura vem de cultivar. É a mesma cultura da agricultura, que passou a ser aplicada de maneira geral para o termo de ser a cultura aquilo que você se lembra, depois que esquece tudo aquilo que aprendeu.

Alguém disse que só se pode estudar uma sociedade se visitarmos os seus cemitérios. O Paraná corre o risco de não permanecer se o Cemitério Municipal - o mais antigo da Capital - e outros cemitérios importantes que até então eram tidos como lugares sagrados, passarem a ser sistematicamente abandonados pelas autoridades e vandalizados. O cemitério é um símbolo de eternidade e talvez a sua profanação signifique que nós, vivos, estamos ameaçados de não merecê-la.

Muito obrigado e boa tarde!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

### ***Deputado José Maria Ferreira (PMDB)***

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

A razão de estarmos na tribuna hoje, é para fazermos uma reflexão do que está provocando a febre aftosa no Paraná. Nós, há questão de um mês e pouco atrás, com um fato registrado no Mato Grosso do Sul, o Paraná teve anunciado a febre aftosa no seu território. A Secretaria da Agricultura e o Defis, de forma eficiente, de forma responsável e cumprindo acordos estabelecidos como governo brasileiro e os estados federados com a IE, fez

com que se estabelecesse o cerco, a barreira, o confinamento sanitários. Com isso, descortinou-se o processo de verificação se existia ou não o gado em questão, se estava infectado pela aftosa.

Foram quase trinta dias, Sr. Presidente, V. Exa. que é pecuarista e convive bem nesse meio, sabe o que foi a agonia dos nossos pecuaristas em saber se o gado paranaense, se o rebanho tinha ou não, sido acometido pela febre aftosa. Passaram dias, foi um tal de ir e vir material coletado para Belém do Pará, no Laboratório Nacional Agropecuário, e uma delas dizia que não foi possível provar, porque o material colhido era insuficiente. Ora, nós precisaríamos de algo mais concreto para dizer ao Paraná que o Governo Federal não tem competência para fazer uma avaliação de exame sorológico para saber se um rebanho está infectado ou não. Mas, enquanto o Governo Federal não agiliza o resultado desses exames, a agropecuária paranaense paga um preço extremamente elevado e agora, depois de não conseguirem provar pelas análises, o Governo mesmo assim, através do Ministério da Agricultura, diz que o Governo, mesmo assim, através do Ministério da Agricultura, diz que o Paraná não está livre! Só que não está livre como?

A forma de dizer que o gado está infectado é justamente com a análise laboratorial! O que registraria que nossa gado está infectado é o resultado de laboratório e este, Deputado Kielse, diz da inexistência da infecção. Agora o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Sanidade Animal, insiste em dizer que o Paraná não está livre! Se não está livre, está contaminado e aí estamos nós com o rebanho ou parcela dele sem vacinar, provocando a possibilidade de a aftosa, efetivamente, acontecer no nosso Estado.

Acontecer pela falta de ação, pela falta de determinação. Se existe aftosa nós temos que localizar, fazer o confinamento e abater o gado. É isso que estabelece o tratado, o regulamento. Agora, se não existe, não podemos continuar com esta novela! Esta novela trouxe prejuízo ao Estado do Paraná e tem sido questionado que é responsabilidade do Governo do Estado. Não é não! O Governo do Estado do Paraná foi responsável estabelecendo as barreiras sanitárias, fazendo com que não propagasse a possível febre. O que está para acontecer é uma efetiva ação do Governo Federal determinando se existe ou não.

Agradeço o tempo, é um assunto que interessa ao Paraná e à nossa economia que está pagando um preço excessivamente elevado.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Antonio Anibelli abre mão do Grande Expediente. Bloco PP/PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Liderança do Bloco Parlamentar PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava falando sobre as torturas e há pouco o Deputado Luiz Carlos Martins me informava que o Comandante da 20ª Batalhão fora afastado pelo Comando do Exército em Brasília.

Essas torturas praticadas, que foram mostradas pela Rede Globo, eram torturas contra sargentos que estavam chegando ao cargo. Imaginem como eram as torturas praticadas contra aqueles que a ditadura suspeitava de subversão, de agitação da ordem legal, como era praticada! Mas vamos aos fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma crise geral...

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de cumprimentar V. Exa. por trazer este tema ao conhecimento da Assembleia Legislativa do Paraná e dizer que, dessa tribuna, fizemos denúncias semelhantes na Academia Militar do Guatupê e na semana passada o Governo do Estado nos respondeu dando conta que não havia nenhuma procedência em relação às humilhações que os aspirantes a sargento estavam sofrendo, por parte de seus superiores, mas isso já mostra que tínhamos razão, que pelo menos ainda permanece dentro da hierarquia militar os exageros sendo cometidos, como bem mostrou a imprensa nesse final de semana. Parabéns a V. Exa. que está no caminho certo em relação a isso.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado, Deputado Barbosa Neto.

A nação brasileira ficou estarrecida com a tortura mostrada na Globo. A tortura feita a companheiros de fardas, do mesmo escalão, como aquela que era feita aos adversários políticos da ditadura. Todos já conhecem o relatório da anistia internacional, já sabem no que deu a ditadura, as suas vítimas, uma parte da história foi contada e o Brasil já viu. Mas não viu na Globo, não deu para ficar estarrecido porque os detalhes não foram filmados por um cineasta amador que lá pudesse estar.

Mas, vamos às cadeias públicas, lotadas de jovens, presos porque perderam a perspectiva de vida e cometeram pequenos delitos, mulheres, que muitas vezes furtando um salame no mercado ou uma pomada Hipoglós como vimos em Paranaguá, cumprindo oito meses de cadeia. Vimos o Deputado estarrecido porque o Cemitério de São Francisco foi depredado no final de semana ou repetidas semanas. Quantas casas estão sendo invadidas, depredadas, famílias sendo assassinadas, patrimônio sendo diluído ao nada e a nossa polícia está aí sempre a dizer que não pode fazer nada. O 190 não atende nin-

guém. Deve atender só ao Governador do Estado ou àqueles que têm um código extra para poder entrar nessa chamada do 190.

Seiscentos arrombamentos de casas em Matinhos e Praia de Leste, agora, depois da temporada, seiscentos arrombamentos que ninguém explica; levam a mudança da família embora. E só não levam a família porque não está lá. A audácia dessa gente e a inoperância do Estado, é uma engrenagem perfeita que está funcionando. Tem um requerimento meu, convocando o Comandante do Corpo de Bombeiros para vir aqui explicar uma questão de racismo. E o Deputado Bradock me disse que já está o convocando pela Comissão de Segurança Pública. No momento certo vamos abrir mão da sua convocação para vir a este plenário, mas vamos levar, sim, para um questionamento, para explicar o porquê da continuação de uma prática tão condenada, inclusive por quem está no Palácio Iguaçu agora. O próprio Governador - aliás, agora ele está em viagem à Venezuela - que vem ao longo da sua vida condenando a prática de discriminação racial, terá que tomar algumas providências.

As pessoas discriminadas, marginalizadas são as que vão invadir, certamente, o cemitério, a sua casa, a nossa casa, invadem a sua privacidade e o seu mundo. Por quê? Além de não terem a oportunidade, de perderem a perspectiva de vida, ainda têm um conluio ou o silêncio e a omissão da polícia, que não age e está sempre a dar uma boa desculpa, uma justificativa pelo ato de não fazer.

Temos visto, seguidamente, o Secretário da Segurança aparecendo nas manchetes dizendo: "A polícia está agindo em Foz do Iguaçu; a polícia está agindo na fronteira", e as cidades do interior estão totalmente desguarnecidas. Passa-se por Ortigueira, Faxinal, Ivaiporã, anda-se pelo interior do Paraná e é uma voz só: "Aqui não tem polícia, aqui não tem viatura policial, aqui cada um tem que fazer a sua própria defesa, porque a polícia não dá as garantias necessárias para que o cidadão possa usufruir da vida que lhe é um direito assegurado constitucionalmente".

Ora, a Polícia Militar, em cidades que deveriam ter quinze policiais, têm três. Tem cidade que não há Delegado de Polícia para atender. Então, como é que podemos ter segurança? Que segurança é dada ao cidadão? É dada muita segurança ao bandido, porque ele age com uma segurança terrível de que não vai ser preso. O malfeitor está sendo beneficiado, está sendo premiado pelas ações do Governo e Confúcio já dizia, lá na China antiga que: "se você não punir os maus, você não tem como premiar os bons". E nós não aprendemos essas lições.

Vamos esperar chegar aqui a França dos incêndios, do vandalismo, da quebra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto, do PDT.

## ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente trazemos a nossa preocupação em relação à construção da usina hidrelétrica no rio Tibagi, que já está com data marcada para o leilão, neste final de ano. Queremos demonstrar que os lobos começaram a tirar a pele do cordeiro. Uma ação judicial movida por aqueles que estão por trás desse processo da construção da barragem, está tentando intimidar judicialmente o Sr. Euclides Selvino Grando Júnior, o Tom Grando; a Sra. Gislaine Cova Grando e o Sr. Marcos Bornschein.

Há um pedido de liminar para que esses citados não se pronunciem mais publicamente, sobre os estudos de impacto e os projetos de construção no rio Tibagi. Há uma clara demonstração do perfil ditatorial, por parte do setor elétrico, e trazemos a preocupação na tarde de hoje, Sr. Presidente, inclusive com pedido de indenização por danos morais e materiais contra esses três renomados pesquisadores ambientalistas.

Querer calar a voz do contraditório, num momento como esse que temos que discutir à exaustão todos os problemas dos impactos que causarão sobre a construção da barragem no rio Tibagi, na verdade, é um golpe.

Há que se trazer à discussão, através de uma audiência pública, o que até agora não foi feito, porque as reuniões realizadas em Telêmaco Borba, em Ortigueira, não foram consideradas audiências públicas.

Recebi uma resposta ao meu requerimento sobre a suspensão do processo licitatório e, não há nenhum tipo de justificativa plausível para que o nosso pedido não fosse aceito pelo governo do Estado. Quer dizer, a Aneel dita as normas, realiza os leilões e o Paraná não pode nem mesmo questionar. Quem fez esses estudos de impacto ambiental tem condição de dar a sua palavra, e agora, estão tolhidos no seu direito de se pronunciar. Onde está o direito à livre expressão, que é garantido pela Constituição no seu artigo 5º?

Essas pessoas não podem ser discriminadas. Vejam só: o Paraná, além de ficar com o passivo ambiental, vai ficar a ver navios, sem a oportunidade de estabelecer o contraditório. Clamamos ao Ministério Público que nos ajude a compreender melhor os entraves de todo esse processo. É a nossa única esperança e salvação.

Nós estamos, neste momento, trazendo uma moção de apoio aos pesquisadores Euclides Selvino Grando Júnior (Tom), Gislaine Cova Grando e Marcos Bornschein, pela coragem de nadar contra a maré - sem nenhum tipo de trocadilho - principalmente num momento em que nós recebemos um estudo sugerido pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que consultou o Departamento de Ictiologia do Museu Nacional a respeito de construção de barragens que já foram feitas no rio Paraíba do Sul. Lá no Rio de Janeiro a construção dessas bar-



ragens já provocaram uma extinção de 25% das espécies de peixes, como dourados e surubins.

Registramos também a morte do jornalista e ambientalista Francisco Anselmo de Barros, de 65 anos, que morreu após 24h00 de agonia, na Santa Casa de Campo Grande. Ele ateou fogo no próprio corpo num protesto contra a instalação de usinas de álcool e açúcar na Bacia do Alto Paraguai, região pantaneira de Mato Grosso do Sul.

Só para alertar: os ambientalistas do Paraná estão dispostos também a radicalizar nos seus protestos. Estamos agora lidando com a questão judicial, burocrática, dentro do que a lei prevê, mas também, dispostos a fazer muitos protestos, de forma mais veemente, quando esgotarem as possibilidades legais e judiciais, desta Casa, inclusive.

Concedo o aparte do Deputado José Maria Ferreira.

**O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Sr. Deputado, V. Exa. diz que já está instalado. Quais das usinas vão para leilão?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mauá da Serra.

**O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Mauá da Serra em Telêmaco Borba?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

A de Mauá da Serra, com certeza. A outra eu não sei informar. Sei de outros dois rios mais, que não tenho conhecimento. A nossa região, que é o rio Tibagi, com certeza, vamos até às últimas conseqüências.

Também gostaria de deixar consignado, na tarde de hoje, a nossa preocupação e o desrespeito que a cidade de Londrina vem recebendo por parte do Governo do Estado, no que tange à não emissão de carteira de identidade, principalmente, num momento importante como esse, quando os jovens estão se matriculando para o período letivo, do ano que vem.

A Deputada Arlete Caramês é a autora da Lei nº 14.424, do dia 2 de junho de 2004, que obriga a apresentação da carteira de identidade para efetuar a matrícula escolar com um prazo de até seis, sete meses durante o ano letivo. É uma conquista. Nós já cumprimentamos a Deputada Arlete Caramês. Estivemos presentes numa audiência pública realizada em Londrina com a presença da Deputada. Estava lá o Sr. Luiz Bárbara, que é do Conselho da Criança e do Adolescente, a presença de Promotores e até da Diretora, Sra. Etelma Mendes dos Anjos - Chefe do Instituto de Identificação. Em Londrina, as carteiras de identidade estão demorando até sete meses para serem emitidas. Isso porque é a primeira cidade do interior do Paraná e a segunda mais importante do nosso Estado. Infelizmente na era do computador, da globalização, já era para que Londrina, tivesse a emissão dentro de

vinte ou trinta dias, como prevê a Legislação. Deixamos nossa preocupação em relação a isso, porque as pessoas têm que madrugar, crianças inclusive, com a presença dos seus pais para receberem uma senha que tem um número limitado, atende apenas sessenta pessoa por dia e aí tem que demorar noventa, cento e vinte dias, até sete meses para emitir uma carteira de identidade.

É uma preocupação muito grande. Sabemos que escola nenhuma pode impedir a matrícula do aluno por falta de um documento. Mas, entendemos que é uma conquista a Lei da Deputada Arlete Caramês e deixamos aqui, mais uma vez, a nossa preocupação. Infelizmente vai ser a eterna luta CapitalxInterior. Não que a Capital não mereça, merece muito mais. Mas nós também precisamos ter o respaldo. Falamos de uma região com mais de oitocentos mil habitantes, dentro da era do computador. Poderia se medir protocolos e fazer a emissão regionalizada, como acontece com a Carteira de Trabalho, e com outros documentos que são emitidos até pelo Governo Federal. Carteira de Habilitação, em cinco dias está na residência, recebida pelo correio. E aqui parece que estamos ainda na idade da pedra, quando se refere à emissão da carteira de identidade.

Vários jovens estão perdendo inclusive competições importantes, porque é exigida a carteira de identidade e também matrículas e empregos em alguns setores, dentro dos empregos que são oportunizados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulta à Liderança do PFL. Declina.

PT. Com a palavra Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

## ***Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores, em primeiro lugar para saudar os nossos convidados que hoje se fazem presentes: Associação dos Portadores de Necessidades Especiais, Cadeirantes do município de Colombo, que estão aqui para prestigiar a votação de um projeto muito importante que trata da questão da acessibilidade, sobretudo, no transporte coletivo intermunicipal.

Já é um direito conquistado há longos anos na Capital e em outras cidades do Estado do Paraná, e precisamos fazer o que a Constituição determina, prevendo a possibilidade de os portadores de necessidades especiais locomoverem-se para obtenção de uma saúde melhor, de uma educação melhor nos municípios do Estado do Paraná. O Estado precisa se inscrever com grandeza, do ponto de vista humanitário, naquilo que é importante para todos os cidadãos do nosso país. Infelizmente, até hoje uma legislação desse porte não foi aprovada.

Espero que na tarde de hoje os senhores Deputados dêem um voto favorável ao projeto que está tramitando nesta Casa.

Em segundo lugar, gostaria de registrar que foi com muita satisfação e apreço que, na sexta-feira, na cidade de Antonina, tivemos o lançamento do início das obras de uma escola que foi construída há 102 anos atrás e que nesses últimos seis anos foi desativada pela administração anterior do Estado. A comunidade se envolveu, porque entendeu que a escola era fundamental. Mais do que isto, reivindicaram corretamente, do ponto de vista educacional, que o município de Antonina deveria ter uma oferta de um curso profissionalizante para que os jovens de 13 a 17 anos, pudessem aprender um ofício.

Neste sentido, a comunidade, após se mobilizar, fez um abaixo-assinado com cinco mil assinaturas, solicitando ao Governo do Estado que não transferisse aquele prédio histórico, fundamental para o resgate, para a permanência da memória e da história do município de Antonina, à Secretaria da Administração; e mais ainda: que fossem utilizadas suas dependências para um curso técnico.

Pois bem, esta é uma luta travada desde o ano de 2001. E, para satisfação nossa, o Secretário da Educação, Maurício Requião, depois de estudos feitos pela Secretaria, resolveu e tomou a decisão, em primeiro lugar, recuperar integralmente, do ponto de vista da história e da reparação do prédio, a escola do Brasil Machado. E em segundo lugar, instituir naquela escola, um curso técnico de administração e logística portuária, o que tem a ver com a iniciativa recente de recuperação e restauração do Porto de Antonina, que prevê a possibilidade de desenvolvimento econômico daquela cidade, tão importante para nós paranaenses.

Então, gostaria apenas de destacar esta iniciativa do Governo do Estado, que responde satisfatoriamente às necessidades, anseios e à luta pela comunidade de Antonina.

Destaco ainda, a participação dos professores da Universidade Federal do Paraná, que há muitos anos realizam um dos festivais de arte mais importantes do nosso país, que o Festival de Inverno, com uma série de oficinas e uma série de cursos para que a juventude, não só do Paraná, da região sul do nosso Estado, mas também de todo o Brasil, possam ter acesso, usufruir e fruir os bens culturais que vimos forjando nesses últimos anos.

Esta iniciativa de preservar o patrimônio histórico teve, como uma das pessoas que comandou este processo, o professor Eduardo, que hoje é Secretário de Turismo da cidade de Antonina, e professor da Universidade Federal do Paraná e foi durante muito tempo um dos curadores, um dos responsáveis pela oficina, pelo Festival de Inverno de Artes na cidade de Antonina.

Então, só para fazer este registro, em homenagem à Secretaria de Estado da Educação, que com a sensibilidade e a compreensão do Secretário Maurício Requião, tomou uma decisão que muda o quadro da cidade. Pri-

meiro, resgata um patrimônio histórico belíssimo e importante para a cidade e para o Paraná. Segundo, faz com que esse patrimônio histórico se mantenha vivo, seja revitalizado, com cursos para os jovens aprenderem um ofício que diz respeito a uma atividade econômica na cidade de Antonina, que é a atividade portuária.

Está de parabéns o Governo do Estado e está de parabéns a comunidade, que soube se mobilizar, e unida, apresentou uma solução viável à sociedade de Antonina e à sociedade paranaense.

Era apenas este registro. Acho de importância para nossa história e para a comunidade, de uma forma geral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário destinado à Liderança do PSDB, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não podemos deixar passar em branco e comentar novamente sobre a questão aftosa. Lembro-me muito bem do dia em que esteve aqui o Secretário da Agricultura, quando no outro dia nós o alertamos sobre a precipitação em anunciar que no Paraná tinha febre aftosa.

No sábado, antes de o Secretário da Agricultura vir a esta Casa dar aquelas explicações, fiquei estarrecido quando vi o Secretário anunciando focos de aftosa no Paraná. Achei que era precipitação dele falar em febre aftosa naquele momento, porque não se tinha nem o resultado que deveríamos ter, mas na CBN o Secretário anunciou que estávamos com esse problema.

No dia em que esteve aqui o Secretário, não quis causar nenhum constrangimento, mas no outro dia subi à tribuna, e sei que vários Parlamentares que trabalham com a pecuária ficaram preocupados, e acharam, - não vou citar o nome dos Deputados, - que era precipitação do Secretário da Agricultura em anunciar algo que ainda não estava comprovado. Inclusive alguns Deputados que entendem de pecuária diziam que alguns animais poderiam estar reagindo à vacina, porque tão logo aconteceu a questão da febre aftosa no Mato Grosso do Sul era natural que aqui no Paraná se antecipasse a vacinação.

E agora, confirma-se a precipitação do Secretário Orlando Pessuti em anunciar que no Paraná havia febre aftosa, inclusive levantando a questão das barreiras nas divisas com o Paraná, com São Paulo, causando prejuízo aos frigoríficos, aos pecuaristas, enfim, às pessoas que trabalham nesse meio.

Temos agora os resultados: não há febre aftosa no Paraná. Estamos aguardando o Ministério da Agricultura se pronunciar. Enquanto isso, os frigoríficos parados, os pecuaristas desesperados, os produtores de leite, todos os senhores viram, irrigando a plantação de grama, de aveia,

com leite. E chegamos à conclusão que estávamos com a razão; alertamos o Secretário da Agricultura para ter mais cuidado para trazer essa questão à população paranaense. Aí levantou-se toda essa celeuma: o Estado de São Paulo proibiu a carne do Paraná, e estão aí os paranaenses com enorme prejuízo.

Não tenho dúvida, Deputado Scarpellini, que cooperativas, associações, pecuaristas, entrarão na justiça contra o Estado do Paraná. Porque imaginem - eu vi, pelo menos cenas na televisão - aqueles produtores de leite jogando fora porque não podiam vender.

Que essa situação, criada pelo Secretário da Agricultura, sirva de exemplo para que no futuro não tenhamos mais acontecimentos como esses, por declarações precipitadas. Quando ouvi na CBN as declarações do Secretário falando em febre aftosa no Paraná fiquei estarecido, porque eu sabia da comemoração dos paranaenses quando receberam o certificado "livre de aftosa"; e de repente, da noite para o dia, estava aí a aftosa. E agora, pasmem os senhores, com o resultado dos exames não temos a febre aftosa no Paraná. É uma questão de muita responsabilidade, não quero passar em branco, não quero fazer a crítica pela crítica, mas que sirva para os paranaenses, e principalmente para as pessoas que têm a responsabilidade de conduzir o setor pecuarista, que tenham responsabilidade quando vir um microfone, um canal de televisão. Não se precipitem, aguardem, tenham cuidado, porque estão mexendo com a economia do Paraná. E o prejuízo que isso está causando é muito grande para passar em branco.

O Diretor da Secretaria da Agricultura tenta dar explicações. Mas não explica mais. O estrago já está feito. Como é que o Secretário da Agricultura foi cair nessa arapuca? É inacreditável! Estou comentando agora, depois dos resultados. O Secretário poderia ter o cuidado e ver *in loco* o que estava acontecendo. E ele sabe mais do que eu, que não sou pecuarista, que a vacinação em alguns animais dá uma reação.

O Paraná está parado, os pecuaristas sofrendo todos os prejuízos. Os produtores de leite com esse grave problema. E nós, deixando passar em branco.

É o momento de o Secretário vir a público explicar. Ele deveria ter aguardado os resultados, tomado as providências e não causado essa perplexidade que tomou conta do setor.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria ferreira.

#### **O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Devo discordar de V. Exa. porque estava ao lado do Vice-Governador, Orlando Pessuti, no momento em que houve a decisão. O Governador Roberto Requião estava em Foz do Iguaçu, o Pessuti estava na região de Londrina e teve todo cuidado, todo zelo em não assustar a sociedade e não criar problemas.

Ele foi responsável com os outros dez milhões do rebanho paranaense. Porque se não tivesse tomado as

medidas e o fato fosse verdadeiro, teríamos contaminado todo o rebanho.

Quando o Orlando Pessuti usou aquela tribuna ele ainda disse várias vezes: "esperamos que o fato não se confirme, é apenas uma precaução". E o acordo do IEA determina que seja feita uma barreira sanitária. Foi o que o Secretário fez.

Não existiu nenhuma precipitação e nenhuma irresponsabilidade dele para com a função que exerce.

Muito obrigado!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Deputado José Maria Ferreira, V. Exa. não deve ter ouvido a entrevista que ele deu no sábado na CBN.

### ***Passa a usar o Horário da Oposição***

Uso o Horário da Oposição para dar um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Fico muito agradecido em contribuir com algumas palavras ao seu pronunciamento.

Precisamos ter um conjunto, porque a situação está se agravando. Carambeí, que é a maior bacia leiteira do Brasil, está com um problema muito sério. O melhor rebanho, o rebanho mais nobre, o gado que mais produz leite na América, está em Carambeí. No entanto, está isolada, não pode fornecer o leite ali produzido para o mercado consumidor, que é São Paulo.

O Governo do Mato Grosso do Sul entrou em contato com São Paulo e isolou, com uma barreira sanitária, alguns municípios próximos a Dourados, e o restante do Estado do Mato Grosso foi liberado da barreira sanitária imposta pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo de São Paulo. Não conseguimos, ainda, sensibilizar o Governo de São Paulo com relação à imposição da barreira que sai de Carambeí, que comprovadamente está isenta de febre aftosa. No entanto, ela continua sendo imposta aos produtores de leite e ao Paraná.

Por que isso está ocorrendo, Deputado Rossoni? Porque o Governador, na sua arrogância, não teve a capacidade de ligar, marcar uma audiência com o Governador de São Paulo, discutir de Governo para Governo e resolver essa questão. E os produtores de Carambeí estão jogando quinhentos mil litros de leite por dia, já começando inclusive a matar vacas matrizes produtoras de leite, porque o custo da manutenção, sem auferir nenhum tipo de ganho, torna-se uma coisa impraticável.

O Governador Roberto Requião de Mello e Silva poderia muito bem ter ido a São Paulo, juntamente com seu Vice-Governador e Secretário da Agricultura do Paraná, buscar um entendimento e ter levado uma situação, mostrando que Carambeí e a região dos Campos Gerais estão isentas de febre aftosa. É território livre, assim como fez o Mato Grosso em relação ao resto do Estado. Quem é que vai pagar o prejuízo desses produto-

res de leite? E o Governador vem e fala: “não, mas pode entrar na Justiça”! O Governador não paga nem o precatório das velhinhas, da viúvas do IPE, vai pagar indenização de leite tirado e jogado fora em Carambeí?

Esqueçam. Cada um vai bancar o seu prejuízo. Este é o Estado do fala, faz e sustenta. É aqui. Essa era a contribuição que eu queria dar a V. Exa.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSB)**

Agradeço seu aparte e apenas para encerrar o meu pronunciamento, estou fazendo isso para deixar registrado, acho que seria muito bom que o Secretário da Agricultura voltasse a esta Casa para dar explicações, porque naquele dia foi longa a sua explanação, mas na verdade ele contou que telefonou para o Secretário “a”, para o Secretário “b”, para o Secretário “c”, para o Secretário “f”, para tudo que era Secretário, para o Ministro, não sei mais para quem e, agora, o Ministério está dizendo o seguinte: “tem que aguardar, ainda, apesar dos resultados”.

Não quero, de forma nenhuma, fazer julgamento, mas que sirva como exemplo, porque esse foi um péssimo exemplo que trouxe muitos prejuízos ao Paraná. Quem ouviu me dá razão, quem não ouviu certamente não me dá, mas no momento que ouvi, senti que aquilo era precipitado porque não tinha o resultado.

As providências teriam que ser tomadas e foram tomadas, tudo bem. Agora, anunciou-se ao mundo que o Paraná tinha focos de aftosa! Correu o mundo! Os compradores de carne, de leite, todos eles não quiseram mais nada com o Paraná e a maior prova de que isso aconteceu é que agora temos os resultados dos exames e o Ministério esta se enrolando para dizer que o Paraná está livre da aftosa. Tem o resultado, mas ainda o Ministro diz que não pode afirmar. Quer dizer, criamos um problema aonde não tinha, por falta talvez de experiência ou por precipitação. Mas, isso tem que ficar registrado para que sirva, não para esse governo, mas para os próximos ou para os próximos acontecimentos. Cautela nesses momentos é muito importante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Cleiton Kielse.

## ***Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse***

**O SR. CLEITON KIELSE**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje, na parte da manhã, estivemos com o Presidente Hermas Brandão, com toda a Bancada do Governo, um momento muito especial para o Estado do Paraná e para os produtores. O momento aonde o Governador Roberto Requião entregou ao Presidente da Casa, o projeto que isenta os produtos da cesta básica de alimentos

aos seus consumidores finais e também na questão da exportação.

Essa isenção, Sr. Presidente, significa, a nível de repercussão para os produtores, um incremento variando de 17, 12 e 7% de isenção. No texto já diz claramente: “a isenção do ICMS para produtos que têm o expressivo valor nutritivo e impacto no orçamento das famílias de baixa renda”. A isenção é mecanismo que permite significativa redução nos preços da venda ao consumidor desses produtos, fazendo com que o efeito regressivo dos impostos indiretos recaia sobre a renda das camadas mais pobres da população.

Embora represente perdas diretas na arrecadação principal do tributo estadual, estima-se que sejam compensadas, por aumento no consumo desses produtos, em razão da redução dos preços. E esses efeitos certamente se conjugam a outros. Maior consumo de bens alimentares, oferecendo a possibilidade de diminuir a pressão sobre os gastos públicos, com serviços de saúde; a redução de preço dos alimentos outorga às famílias com disponibilidade financeira para demandar outros bens, mercadorias, serviços gerados de receita tributária.

Mas, mais importante até do que a nossa redução efetiva, Deputado Carlos Simões, temos hoje também um tratamento tributário especial às operações de bens e mercadorias realizadas pelos portos de Paranaguá e Antonina.

Esse dispositivo também se objetiva a não contrapor aos outros mecanismos de atração de negócios e, sim, forçar a todas as unidades federadas a restaurar a capacidade competitiva junto à economia paranaense. Em linha com a isenção concedida para produtos da cesta básica de alimentos, faz-se necessário conciliar o tratamento do ICMS para as operações de valor aos bens deles derivados. “Evitar o passeio de matérias primas agrícolas e ampliar o poder de conquista de novos mercados aos produtos do agronegócio”.

Sintetizando: ele abriu uma possibilidade, não só ao Paraná, mas ao Brasil, de copiarem essa idéia, Deputado Anibelli, V. Exa. que está presente, Deputado Bradock e tantos outros Parlamentares. E hoje, que infelizmente temos a questão da aftosa, temos a questão de tantos dramas da irresponsabilidade do Governo Federal, felizmente temos a atenção do Governo do Estado. E falava com o Deputado Bradock sobre o incentivo paralelo do ICMS e o investimento na área da saúde que temos.

Concedo aparte ao Deputado Bradock.

**O Sr. Delegado Bradock (PMDB)**

Deputado Cleiton Kielse, é com satisfação que nós, da Liderança do Governo, respondemos ao requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães, que vai ser votado hoje, mas nem há necessidade disso pois recebemos um comunicado da Secretaria Estadual da Educação, que no dia 21, o Dr. Cláudio Xavier, Dr. Manoel, Dr. Gilberto, Dra. Maria de Fátima, da Saúde, estarão aqui às

15h00, para prestar os esclarecimentos necessários à questão das UTI's lá de Ponta Grossa.

Por outro lado, a Bancada da Liderança do Governo dá as boas-vindas aos portadores de deficiência, e que estaremos votando favoráveis ao projeto de lei do Deputado Tadeu Veneri.

Aproveitando mais a bondade de V. Exa., respondendo ao Deputado José Domingos Scarpellini, com referência àquela denúncia de racismo feita pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, nós, da Comissão de Segurança, tomamos as medidas cabíveis. Estão sendo convocados o comandante e outros fiscais, para que no dia 22, na Comissão de Segurança, venham até esta Casa prestar esclarecimentos.

Para terminar, queremos dizer que somos solidários ao Comandante do 20 BIB, pelo seu esmero na condução deste e dizer que houve uma grande modificação na questão das Forças Armadas. As marchas militares passarão a tocar a música do Tchan, os fuzis serão trocados por buquês de rosas e ao invés de ensinar treinamento físico e tática de guerra, serão administrados daqui para frente, balé clássico.

Era isso. Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Deputado Bradock, não só agradecemos as informações diretas e indiretas sobre o assunto na saúde, mas também cumprimos a todos os companheiros portadores de deficiência física e especial, dizendo que vamos votar em conjunto, toda a Liderança do Governo, os Deputados da Base do Governo, apoiando este e outros projetos também do Governo do Estado, em favor de sua classe. Temos esta intenção e estamos lado-a-lado com os secretários de Estado, trabalhando no orçamento, para que em 2006 todas as APAE's do Paraná - é um assunto importante e estamos discutindo com o Governador - todas as entidades que tratam de recuperação ortopédica, tenham condições de ter aparelhos de fisioterapia em todo o Estado do Paraná. Visto que muitos que hoje estão com deficiência parcial, podem se recuperar tendo um tratamento adequado. Esse é um dos nossos projetos, que também está em tramitação junto com o Governador Requião.

Voltando ao assunto do ICMS, queremos repassar que três exportadores e dois importadores que estavam no Porto de Itajaí, Deputado Anibelli, fizeram contato, hoje, ainda antes do horário do almoço, dizendo que se for homologado e votado esse projeto nos próximos quinze, vinte dias, aqui, na Assembléia, automaticamente repassarão todos os investimentos que estão em Santa Catarina, para o Estado do Paraná. À visão do próprio Governador Requião, vai agregar valor aos nossos produtos, reduzindo na cadeia produtiva o valor do produto final. Vamos cobrar dos mercados e distribuidores não só a "deixa" do Governo Requião, mas este avanço na questão das isenções, que o Governador vem apregoando há tanto tempo, trazendo a devolução do dinheiro que espe-

ramos também do Governo Federal, em muitos momentos na ação de redução da taxa de juros e aumento da capacidade de investimento que os nossos empresários poderiam ter, com certeza, visto a necessidade que temos, óbvia, em redução da taxa de juros.

Não só agradeço ao Presidente Hermas Brandão pela sua presença, junto ao Palácio Iguaçu, mas sabemos que na semana que vem deve entrar em pauta esse projeto, pela eficiência da Mesa Diretiva. Vamos encaminhar, com certeza, a todos os demais estados da Nação, para que em conjunto possamos reduzir o preço da cesta-básica aos paranaenses e aos brasileiros.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 28 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 062/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando a isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3564, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar em viagem a Brasília nos dias 16 e 17 do corrente mês, para tratar de assuntos no Ministério do Meio Ambiente e no Incra, junto com o funcionário Marcelo Kaminski. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3577, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 096/2004, item 07 da ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Preferência de Discussão***

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, modificando a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Transportes gratuito aos portadores de deficiência). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CDHCDC E COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Lupionópolis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 437/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Lupionópolis uma área de terra medindo 540,00 metros quadrados, constante da Quadra nº 02-A, Praça Antônio Pozzato s/nº - Centro Cívico, localizada no perímetro urbano do município de Lupionópolis, registrada no Registro Geral - Livro 2, sob o nº 2274, no Cartório de Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Porecatu.

Parágrafo Único. A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo deverá ficar gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a instalação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e uma Biblioteca Pública, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Goioerê. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 450/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Goioerê o imóvel cuja área de terra é de 369 (trezentos e sessenta e nove) metros quadrados, destacadada do lote nº 18 da quadra nº 66 da planta da cidade de Goioerê, cuja transcrição de nº 37 encontra-se no Livro 3-L do Registro de Imóveis de Campo Mourão, nº 23.995, bem como todas as benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. O Município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel.

Art. 3º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 451/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, ao município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 16).**

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 556/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/2005, autorizando o Poder Executivo por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, proceder cessão de uso ao município de Toledo, do imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14.09.2005, em Projetos de Lei, pag. 04).**

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 557/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2005, autorizando o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, imóvel que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 557/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a permitir o uso, a título precário e gratuito, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Marechal Cândido Rondon, do imóvel constituído pelo lote urbano nº 1/2/5 (hum/dois/cinco) da Quadra nº 159, situado no quadro urbano do aludido município, na rua Sergipe, com área de 2.600m, de propriedade do referido instituto, conforme consta da Matrícula nº 613, do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º O imóvel, de que trata o artigo 1º desta lei, será específica e exclusivamente utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, por intermédio da Escola Especializada Pequeno Lar, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pela Fundepar.

Art. 3º A permissão de uso terá duração de 05 (cinco) anos, que poderá ser prorrogada, por igual período, mediante consenso entre as partes, permanecendo a entidade permissionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo sobre as ques-

tões relativas à administração tributária do ICMS e dá outras providências. (Programas: Bom Emprego, Paraná Mais Emprego, e de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 608/2005

O artigo 4º passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 4º Na hipótese da Dívida Ativa ajuizada, os honorários dos Procuradores do Estado em função do pagamento ou do parcelamento dos créditos tributários em razão desta lei serão pagos proporcionalmente ao número de parcelas concedidas ao pagamento do crédito tributário.*

Sala das Sessões, em 14.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoioamento:

Jocelito Canto, Geraldo Cartário, Carlos Simões e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A emenda pretende retirar o percentual de 4% para pagamento de honorários aos Procuradores do Estado, o que tornaria o projeto inconstitucional.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a associação Cobra Coral, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 066/2003, de 01.09.2003, em Projetos de Lei).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 499/2003

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Cobra Coral, com sede e foro no município de Maringá, Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, declarando de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2005, de 19/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 11).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 648/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Delegado Bradock, declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - Ensino Fundamental das Séries Iniciais e Ensino Especial, com sede e foro no município de Ubatuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 14).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 669/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - Ensino Fundamental

das Séries Iniciais e Ensino Especial, com sede e foro no município de Ubatuba, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 669/2005

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Pedro Leopoldo Bechkauser - Ensino Fundamental das Séries Iniciais e Ensino Especial, com sede e foro no município de Ubatuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano de Francisco Beltrão, com sede e foro na comarca de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 15).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 671/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator



## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3520, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3552, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3553 e 3554, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3555 a 3557, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3558 a 3562, 3579 a 3587, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3563, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3565, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3567, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3569 a 3571, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3572 a 3574, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3575, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3576, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3578, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, às 14h30. Uma Audiência Pública sobre Orçamento Público.

Marco, ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 562 e 563/2005 e do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 499/2003; 648, 669 e 671/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 274, 293, 303, 378 e 494/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 067/2005.

Levanta-se a Sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EM SESSÃO DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2005.

### “Governo reconhece gravidade do problema da falta de UTI’s”

O Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual da Saúde (Sesa), reconheceu, ontem, a gravidade do problema da falta de UTI’s (Unidades de Terapia Intensiva) no Paraná, depois que a Gazeta do Povo publicou, no domingo e ontem, reportagens denunciando que, por dia, três pessoas morrem no Estado, à espera de leitos. Segundo números divulgados pela Sesa, de janeiro de 2003 a outubro de 2005, 5275 pessoas morreram aguardando vagas nas unidades especializadas.

A Secretaria argumentou, porém, que o quadro vem melhorando nos últimos meses, como resultado dos investimentos no setor. A proporção de mortes já foi de oito por dia em 2003, quando ocorreram 2871 óbitos de pessoas que aguardavam UTI. Em 2004, esse número passou para 1597 e neste ano, até 1º de novembro, era de 807 mortes.

### Sem detalhes

O Secretário Cláudio Xavier considerou, entretanto, que as estatísticas não são suficientes para evidenciar que os pacientes tenham morrido por falta de leitos. “É possível que tenhamos conseguido vagas para muitas dessas pessoas que, no entanto, não chegaram a fazer uso delas, por várias circunstâncias”, afirmou. Ele não soube informar que circunstâncias seriam essas e nem o tempo de espera pelas vagas. Para esclarecer isso, a Secretaria informou que iniciará uma auditoria, que irá analisar cada um dos casos. “Vamos descobrir quantos destes 807 pacientes conseguiram a reserva de leito e quantos não conseguiram. Espero que o estudo esteja pronto até o fim de novembro”, estimou.

O Diretor de Sistemas de Saúde da Sesa, Gilberto Martin, explicou que o prazo médio para se encontrar um leito de UTI varia entre seis e dez horas. “Infelizmente, esse trabalho ainda é feito por telefone, ligando para os hospitais, um a um, procurando uma vaga”, disse. Mas um documento da própria Sesa, intitulado “Relatório de Óbitos sem Reserva de UTI” e que descreve com detalhes os números da região dos Campos Gerais, aponta que mais da metade dos óbitos de pacientes que pediram UTI e não deram entrada na unidade ocorreu mais de doze horas após o pedido. Martin rebateu os dados, dizendo que problemas de comunicação entre hospitais e a Central de Leitos faria com que casos efetivamente atendidos ainda constassem na Central como em aberto. “Isso é uma consequência dos tempos em que a Central de Leitos trabalhava doze horas por dia. Desde meados de outubro, ela funciona 24 horas por dia”, afirmou.

Martin disse também que a Sesa tem os dados detalhados de todos os pacientes que morreram sem internação, mas que o problema é fazer a compilação dessas informações. “Antes tínhamos uma empresa privada (para fazer o serviço) e agora temos um sistema desenvolvido pela Celepar (Companhia de Informática do Paraná). Estamos em fase de transição, convocando pessoal aprovado em concurso. Na falta de pessoal, temos que escolher entre colocar pessoas para trabalhar com estatística ou para buscar vagas de UTI e é claro que preferimos a segunda opção”, disse. A substituição do serviço privado pela Celepar, de acordo com a Sesa, gerou economia de R\$ 300 mil. “Às vezes o leito existe, mas a situação do paciente é tão crítica que o paciente falece antes de chegar à UTI”, acrescentou o Secretário.

#### **Eficiência**

Xavier ressaltou que, desde 2003, a Central de Leitos tem aumentado sua eficiência. Naquele ano, 44% dos pedidos foram atendidos e resultaram em internação. No ano seguinte, a porcentagem subiu para 84,4%, e neste ano chega a 96,4%. O número total de leitos subiu de 782, em 2003, para 1051 hoje - um crescimento de 34,4%. O Secretário estimou que, até o fim do ano que vem, haverá pelo menos mais uma centena de novas vagas em UTI's. “Mesmo assim, é muito difícil chegar a atender 100% dos pedidos, especialmente porque falta investimento do governo federal na área social. O Ministro da Saúde é um grande parceiro nosso, mas não é ele quem decide quanto dinheiro vai para a saúde e quanto dinheiro paga juros da dívida externa”, lamentou.

O Secretário indagou a ausência de questionamentos anteriores a 2003. “Vou pedir que eles (Ministério Público) nos ajudem a descobrir os números de 2000, 2001 e 2002 que nem nós temos acesso”, afirmou. Em relação aos leitos pediátricos, Xavier destacou o avanço feito pelo Governo do Estado, fez ressalvas, mas também lançou um desafio. “Qualquer hospital, de qualquer região do Paraná, que tenha condições de colocar leitos neonatais e pediátricos para funcionar, garantimos o financiamento até que o credenciamento seja feito pelo

Ministério da Saúde”, enfatizou. Segundo ele, existe uma dificuldade muito grande para encontrar hospitais com infra-estrutura adequada e profissionais especializados capazes de dar conta da demanda.

Katia Brembatti e  
Márcio Antonio Campos

#### **Quadro**

807 mortes já foram registradas até 1º de novembro deste ano. Em 2003 foram 2.871 óbitos e no passado morreram 1.597 pessoas.

96,4% dos pedidos por leitos foram atendidos e resultaram em internação até 1º de novembro deste ano, segundo a Secretaria da Saúde do Paraná.

8 por dia já foi a proporção de mortes de pessoas que estavam na fila por um leito de UTI em 2003. Hoje é de 3 a cada 24 horas.

6 a 10 horas é o tempo médio de espera por um leito de UTI, de acordo com a Secretaria da Saúde do Paraná.

8 dias foi o tempo de espera mostrado em alguns casos pela reportagem da Gazeta do Povo.

4 Deputados formam a Bancada do PPS na Assembleia Legislativa, que pediu a convocação do Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, e do promotor de Ponta Grossa, Fuad Faraj.

*“Tenho chamado a atenção, pedido para o Governo do Estado agir, mas os números mostram que a mortalidade tomou conta do Paraná.”*

Plauto Miró Guimarães  
Líder do PFL na Assembleia Legislativa

*“Qualquer hospital que tenha condições de colocar leitos neonatais e pediátricos para funcionar, nós garantimos o financiamento.”*

Cláudio Xavier  
Secretário de Estado da Saúde

#### **Deputados querem ouvir os dois lados**

A situação da rede de UTI's no Estado e as mortes de pessoas na lista de espera por uma vaga foram os principais assuntos discutidos na sessão ordinária da Assembleia Legislativa, ontem, em Curitiba. Parlamentares de Oposição e de Situação foram para a tribuna defender pontos de vista. Como não foi possível o consenso, eles decidiram convidar o Secretário Cláudio Xavier, e o promotor de Saúde Pública de Ponta Grossa, Fuad Faraj. O pedido foi apresentado pelos Deputados estaduais do PPS: Marcos Isfer, Waldir Leite, Ailton Araújo e Ratinho Júnior.

A solicitação foi encaminhada à Mesa da Assembleia Legislativa. Deputados de outros Partidos também quiseram assinar o requerimento. “A intenção é que o Secretário explique aos Deputados o que está ocorrendo com a saúde do Estado e o que precisa ser feito para mudar isso”, disse Marcos Isfer. A pedido do líder do Governo, Dobrandino da Silva (PMDB), a convocação

não foi discutida ontem, mas será colocada na pauta desta terça-feira.

O Deputado Plauto Miró Guimarães, Líder do PFL na Assembléia, assinou requerimento conjunto com a Bancada do PPS. “Hoje, confirmei tudo aquilo que tenho falado sobre o setor de saúde no Estado. Tenho alertado, tenho chamado a atenção, pedindo para o governo do Estado agir, mas os números mostram que a mortalidade tomou conta do Paraná”, destacou. O Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni (PSDB), defendeu que a situação estaria bem melhor se o governo estadual gastasse o mínimo exigido em lei na saúde.

Já o Deputado Jocelito Canto (PTB) saiu em defesa do governo. Ele lembrou a ampliação da rede de UTI's em um terço e disse que a administração municipal está investindo muito para reverter o quadro caótico que encontrou em 2003. “É preciso olhar para a situação de anos atrás”, reforça.

Ele alega que a falta de investimentos nas gestões anteriores resultou no problema que está sendo enfrentado pelo atual governo. “Estamos vendo alguns adversários políticos usando isso e fazendo politicagem”, afirma. Ele exemplifica que a oferta de leitos em Ponta Grossa mais do que dobrou em dois anos e que a previsão é de aumentar ainda mais a rede num curto espaço de tempo. (KB)

